ZERO HORA

Publicado em 03/05/2023 - 05:54

Pressão adia o PL das Fake News; governo e big techs travam disputa

Pressão das big techs cresce e votação de PL acaba adiada

Assunto chegou a ser incluído na pauta da Câmara, mas relator recuou diante do risco de derrota e ainda não há nova data

Em meio a um cenário de tensão com a pressão crescente das big techs contra o projeto de lei 2.630, o PL das Fake News, a votação na Câmara dos Deputados, que estava prevista para ontem, acabou adiada. A decisão foi tomada pelo presidente Arthur Lira (PP-AL) com a sessão já iniciada e a pedido do próprio relator, Orlando Silva (PCdoB-SP).

Lira, que é defensor do projeto, decidiu incluir o assunto na pauta após reunião de líderes da bancada. Já havia dúvidas, no entanto, se haveria votos suficientes para aprovar. Republicanos, Novo, PSDB e Cidadania anunciaram voto contrário. O PL, que tem a maior bancada, também é contra.

Depois, com a sessão em andamento, Silva, que apresentou o relatório final na semana passada, alegou que seria preciso mais tempo para "analisar todas as sugestões".

Após ouvir as manifestações de alguns líderes, Lira confirmou o adiamento e não anunciou uma nova data para a votação.

Mesmo sem a votação, a sessão foi marcada por pronunciamentos inflamados contra e a favor do projeto. Carlos Veras (PT-PE) disse que "é urgente dar um basta na irresponsabilidade que têm tido as plataformas".

Já Bia Kicis (PL-DF) afirmou que aprovar o projeto é "legitimar a perseguição, a censura e o rompimento com o devido processo legal".

Também ontem, um ato em apoio ao PL foi realizado pela ONG Avaaz. Dezenas de mochilas vazias foram colocadas em frente ao Congresso para lembrar as vítimas de atentados em escolas.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM, AGÊNCIA BRASIL, DIVULGAÇÃO

Ato em frente ao Congresso lembrou vítimas de ataques a escolas

Os principais pontos do projeto

ABRANGÊNCIA
As regras se aplicam para redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas e ferramentas de busca que tenham mais de 10 milhões de usuários no Brasil. Essas empresas ficariam obrigadas a ter representação no país.

DEVER DE CUIDADO
As plataformas terão prazo de 24 horas para cumprir determinações judiciais de retirada de conteúdos criminosos, sob pena de multa de R$ 50 mil até R$ 1 milhão por hora de descumprimento. O texto também impõe o "dever de cuidado": as plataformas deverão atuar para "prevenir e mitigar" crimes contra o Estado democrático de direito; atos de terrorismo e preparatórios de terrorismo; crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação; crimes contra crianças e adolescentes e de incitação à prática de crimes contra crianças e adolescentes; crime de racismo; violência contra a mulher; infração sanitária, por deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias quando sob situação de Emergência em Saúde Pública e outros.

As empresas também terão que apresentar relatórios semestrais para comprovar a moderação desses conteúdos.

RESPONSABILIZAÇÃO
O texto prevê responsabilidade de forma solidária das empresas por conteúdos pagos causadores de danos a terceiros. As possíveis punições previstas vão de advertência até suspensão temporária ou proibição do exercício das atividades.

ROBÔS
O projeto torna crime o uso de robôs (contas automatizadas) para a disseminação de conteúdo falso.

PUBLICIDADE
As plataformas também terão que exigir a identificação de usuários que contratam impulsionamento de conteúdo.

IMUNIDADE PARA POLÍTICOS
Prevê a extensão da imunidade parlamentar para as redes sociais, o que beneficia políticos com mandato.

CONTEÚDO JORNALÍSTICO E DIREITOS AUTORAIS
O texto também prevê que os provedores remunerem o conteúdo jornalístico utilizado e os conteúdos protegidos por direitos autorais, sem onerar os usuários. As regras serão determinadas por regulamentação.

ENTIDADE FISCALIZADORA
O dispositivo do texto que criava uma entidade reguladora autônoma foi retirado do texto na semana passada. Por conta disso, ainda não está claro quem fará a fiscalização do cumprimento da lei.

Presidentes de plataformas devem ser ouvidos pela PF, decide Moraes

O Supremo Tribunal Federal e o governo federal reagiram à investida das big techs contra o PL das Fake News. O estopim foi a inclusão, na página inicial do Google, abaixo da barra de pesquisas, de um link com o título "O PL das fake news pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil", no final da tarde de segunda-feira, véspera da data que era prevista para a votação. O atalho direcionava usuários a um artigo de Marcelo Lareda, diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil.

Ontem, uma notificação, assinada pelo advogado Wadih Damous, da Secretaria Nacional do Consumidor, órgão do Ministério da Justiça, determinou ao Google que removesse o conteúdo em duas horas, sob pena de uma multa de R$ 1 milhão por hora. Assim que o documento foi recebido pela big tech, o link foi removido.

A empresa também é acusada de manipular os resultados das pesquisas dos usuários sobre o assunto, para favorecer conteúdos contrários ao PL das Fake News. Em nota à imprensa, a Google afirma que o projeto "não foi discutido tão amplamente" e que "é importante que os brasileiros estejam informados sobre os possíveis impactos".

Decisão

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu um procedimento sobre "um suposto abuso de posição dominante por parte do Google e da Meta relacionadas à utilização indevida das plataformas Google, Youtube, Facebook e Instagram para realização de campanhas em desfavor do projeto". Já o ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito das fake news no STF, determinou que os presidentes da Google, Meta e Spotify no Brasil sejam ouvidos pela Polícia Federal em cinco dias. A decisão se ancora em um estudo do Laboratório de Estudos de Internet e Mídias Sociais (NetLab) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que enumera nove condutas de suposta interferência das empresas na votação do PL das Fake News.

"Tais condutas podem configurar, em tese, não só abuso de poder econômico às vésperas da votação do projeto de lei por tentar impactar de maneira ilegal e imoral a opinião pública e o voto dos parlamentares, mas também flagrante induzimento e instigação à manutenção de diversas condutas criminosas", diz a decisão.

O que dizem as demais companhias

Confira o que as demais big techs já afirmaram a respeito do PL das Fake News.

META
Em comunicado oficial na semana passada, a controladora do Facebook, Instagram e WhatsApp afirmou que o PL "conflita com leis existentes, como Marco Civil da Internet e Lei Geral de Proteção de Dados", "inclui dispositivos sobre direitos autorais que são inviáveis", "cria sistema permanente de vigilância, similar ao de países de regimes antidemocráticos" e restringe "ferramentas de marketing para pequenos negócios". A empresa também "refuta explicitamente" o argumento de que "as plataformas digitais lucram com conteúdo violento e de ódio". "As pessoas usam os aplicativos da Meta porque elas têm experiências positivas: elas não querem ver violência ou ódio, e nossos anunciantes não querem suas marcas associadas a esse tipo de conteúdo", diz o texto.

TWITTER
A empresa publicou um manifesto conjunto contra o projeto em fevereiro de 2022, afirmando, na época, que o PL "deixou de ser sobre combater as fake news". Na visão da empresa, o PL "irá restringir o acesso das pessoas a fontes diversas e plurais de informação; desestimular as plataformas a tomar medidas para manter um ambiente saudável online; e causar um impacto negativo em milhões de pequenos e médios negócios que buscam se conectar com seus consumidores por meio de anúncios e serviços digitais".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 7

Copyright © Clipclap 2025.